

A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE: UMA CARACTERÍSTICA E UM COMPROMISSO ÉTICO DA PUCPR COM A COMUNIDADE.

Clemente Ivo Juliatto

RESUMO

Este trabalho caracteriza a PUCPR, universidade comunitária, católica e marista, como uma instituição voltada para a ação social, que assume, com responsabilidade, um compromisso ético com a comunidade, principalmente aquela mais carente e necessitada. Enfoca o papel da educação que deve ser oferecida e da solidariedade social que deve ser praticada pelas universidades como uma forma de contribuir para minorar o preocupante e crescente fenômeno da exclusão social no Brasil. Aponta alguns aspectos da prática da responsabilidade social que vem sendo desenvolvida pela PUCPR nos diversos programas, projetos e atividades de caráter social, principalmente no Programa de Ação Comunitária e Ambiental, o **ProAção**. Descreve o Projeto Comunitário que, no novo projeto pedagógico, foi incluído no currículo de todos os cursos de graduação da Universidade, como a construção de uma pedagogia de empreendedorismo social, que se articula entre teoria e prática, entre ensino, pesquisa e extensão. Conclui ressaltando a importância das universidades comunitárias como agentes sociais, ao considerar o dever constitucional que o Estado tem de prover os cidadãos com determinados serviços básicos e a função que as universidades comunitárias podem exercer na complementação de alguns desses serviços, principalmente aqueles de caráter social.

1 Introdução

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, como instituição comunitária, católica e marista, pela própria origem, filiação e ideário, sempre assumiu uma postura de responsabilidade social perante a comunidade universitária interna e externa. No seu projeto pedagógico, ao lado dos programas de aprendizagens, foram incluídos programas de participação social que passaram a integrar o currículo de todos os seus cursos de graduação. O aluno para formar-se, precisa cumprir um desses programas sociais nos diversos projetos ou atividades que a Universidade coloca ao seu alcance. Destes, destaca-se, em especial, o Projeto Comunitário, que, pela sua importância pedagógica e social, será tratado adiante com mais ênfase.

Os projetos comunitários englobam-se no Programa de Ação Comunitária e Ambiental da PUCPR, que se tornou conhecido na comunidade universitária e nas localidades atendidas pelo nome de **ProAção**. Pela importância que assume dentre as atividades que refletem aspectos da responsabilidade social desenvolvidas pela Instituição, o ProAção será objeto de referência específica no decorrer deste texto.

A PUCPR e a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba são signatárias de uma participação conjunta, a Aliança Saúde. Esta Aliança - e, portanto, mais do que uma simples

parceria - é a parte da Instituição que se volta para os programas da área da saúde, junto a hospitais, clínicas e postos de atendimento à população carente e necessitada de atendimento e cuidados especiais na conservação ou na recuperação da saúde. Os Hospitais Universitários, além de atenderem a população, funcionam como campo de atividades pedagógicas dos cursos da área da saúde e como centros de pesquisa da Instituição.

A Aliança Saúde integra as seguintes unidades: Hospital Universitário Cajuru, Hospital de Caridade Santa Casa e Hospital Nossa Senhora da Luz, localizados em Curitiba, e o Hospital Maternidade Alto Maracanã, que se situa no vizinho município de Colombo, na Região Metropolitana. Todos esses estabelecimentos desenvolvem ações comunitárias de apoio à população, principalmente, pelo próprio caráter de hospitais, na área da saúde,

A Universidade também presta assistência jurídica a seus professores, funcionários e alunos. Nesse campo de atividade, os serviços públicos são colocados à disposição daqueles que deles necessitam por intermédio de seus Escritórios Modelos. Sob a orientação do Curso de Ciências Jurídicas, esses Escritórios funcionam nos diferentes *campi*, como excelentes meios de aprendizagem e de apoio para a prática forense dos futuros profissionais do direito.

Com muitos outros programas, projetos e atividades de alcance social, a PUCPR se caracteriza como uma Instituição de Ensino Superior que se volta para ação social como uma forma de compromisso, principalmente ético, com a sociedade. Portanto, assume a sua função com a responsabilidade que se espera e se deseja de uma universidade comunitária, católica e marista.

2 Um mundo preocupante

Basta abrir os jornais, ligar a televisão ou, simplesmente, sair à rua para chegar à conclusão de que vivemos numa sociedade de riscos crescentes. Nela, ocupam cada dia mais espaço as ameaças da violência e das drogas, os efeitos maléficos do desemprego, a persistência da fome, do analfabetismo das letras e digital, a degradação do meio ambiente, as irracionalidades das guerras, até em nome de idéias étnicas e religiosas. Enfim, vivemos num mundo preocupante de degradação e de exclusão social.

Multidimensional em sua essência, a exclusão pressupõe a idéia da falta de acesso à segurança física, à justiça, ao mercado de trabalho, a terra, à moradia, a bens e serviços, aos direitos humanos e à proteção contra contingências. O princípio da exclusão existe quando uma pessoa pode ser impedida de utilizar um bem a que teria direito. Já o princípio da rivalidade existe quando a propriedade, ou o uso de um bem, por uma pessoa, diminui a possibilidade de uso deste mesmo bem por outra. Bens privados são excludentes e rivais, pois a obtenção destes por uma pessoa impede que outra os obtenha. Bens públicos não são excludentes, pois quando obtidos por uns, outros não são impedidos de obtê-los. Recursos comuns são rivais, mas não excludentes, isto é, estão acessíveis a todos, mas uma vez obtidos por alguém, há uma quantidade menor disponível para os outros.

O recente fenômeno da globalização tem sido apontado por muitos como responsável pelo aumento da exclusão em muitos países do mundo. Nas palavras de Giddens (2001), a globalização é a intensificação das relações mundiais, as quais ligam localidades distantes, de tal maneira que acontecimentos locais são esculpidos por acontecimentos distantes e vice-versa. A globalização é apontada como responsável pelo açoitamento da competitividade entre grupos e países, com repercussões diretas no desenvolvimento da sociedade.

A ausência de instrumentos de regulação da economia global agrava a polarização entre ricos e pobres. Hoje, quase a metade da humanidade sobrevive com menos de dois dólares por dia. Os bolsões de pobreza abrigam no mundo 2,8 bilhões de pessoas, em um processo crescente de exclusão, o que traz por resultado o desmonte da cidadania. E o fenômeno da exclusão está bem próximo de nós. Temos hoje, no Brasil, a distribuição de renda mais absurda do mundo: nas cifras do Banco Mundial, 1% de famílias mais ricas auferem 17% da renda nacional e 50% dos mais pobres obtêm apenas 12% (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 2001).

A humanidade ainda não conseguiu encontrar respostas para conciliar progresso material e equidade, respeito pelo capital humano e natural, apesar da realização de numerosas reuniões internacionais: Rio 92 (meio ambiente), Cairo 94 (demografia), Copenhague 95 (drama social da humanidade), Istambul 96 (cidades), Roma 96 (fome no mundo) e outras. A distância entre os países pobres e os países ricos continua se acentuar cada vez mais.

É importante conhecer as tensões presentes no atual contexto do mundo global e avaliar os decorrentes riscos sociais para podermos melhorar a qualidade de vida dessa já denominada “aldeia global”. Delors (1998) enumera algumas delas: a tensão entre tradição e modernidade, entre as soluções a curto e longo prazo, entre a competição e a igualdade de oportunidades, entre o material e o espiritual, entre o global e o local, conforme consta em seu relatório para a Unesco.

As perspectivas seriam melhores para o futuro? A tarefa de diagnosticar o que está por vir sempre foi muito difícil, principalmente no momento atual, em que os contrastes se acentuam, quando a sociedade sofre alterações vertiginosas que afetam a ordem geopolítica e a lógica de mercado e deixa o entorno social em dúvidas e desconcertos. É como se o chão onde nos encontramos tivesse começado a se mover para todos e não estivesse claro para onde nos encaminhamos, compara Hobsbawm (1995).

A globalização, por um lado, oferece grandes possibilidades e, por outro, traz enormes desafios e riscos à sociedade em geral, principalmente por não existirem garantias de redução das desigualdades sociais. Ganhamos pela produtividade crescente e perdemos pela lentidão e descompasso, em uma clara disritmia no contexto de desenvolvimento social.

3 A histórica preocupação com a exclusão

A solidariedade social não é novidade. Ela nasceu com o Cristianismo, que tem a sua marca registrada no amor ao próximo. A caridade cristã, em suas múltiplas vertentes e formas assistenciais para aliviar a pobreza, com o passar do tempo, gradualmente, foi sendo assumida pelo Estado. Este acabou tomando para si tal responsabilidade que, em última análise, lhe compete. Porém, o fez com algumas variantes. Assim, na Europa, surgiram o Socialismo, no início do século passado, e o Estado de Bem-Estar Social, após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, instituições privadas e não governamentais têm complementado, e até preenchido, o vazio deixado pelo Estado. A partir da década de 1990, a dicotomia individualismo *versus* socialismo é substituída pelo comunitarismo e pelo solidarismo, que surgiram com o propósito de atender às necessidades sociais, ao buscarem conjugar liberdade e igualdade.

No passado, sempre houve debate sobre quem deveria financiar e oferecer os serviços básicos destinados a promover a inclusão social dos cidadãos. As linhas de pensamento que sustentam as posições assumidas envolvem, segundo Barr (1993), três escolas distintas:

- Os libertários, que defendem uma sociedade composta de membros portadores de liberdade individual. Para eles, o mecanismo de mercado se encarrega de distribuir a riqueza, e a intervenção estatal acaba reduzindo o bem-estar total.
- Os liberais contemporâneos, ou neoliberais, que também defendem uma sociedade composta por membros individuais, mas concordam com a teoria da justiça social e com o princípio da redistribuição da renda por meio da limitada intervenção estatal, o que tem implicações e propósitos igualitários. Tal proposta é defendida por muitos filósofos, economistas e políticos. Semelhante visão tem pontos em comum com a doutrina social da Igreja Católica.
- Os coletivistas, que acreditam que a propriedade privada tem um papel limitado e que a alocação e distribuição de recursos, de acordo com a necessidade individual, é uma preocupação primária do Estado. Aí se encaixam Marx e outros pensadores.

Apesar das diferenças, parece haver consenso entre todos os defensores dessas diferentes linhas de pensamento de que os cidadãos têm direito ao acesso aos serviços básicos. A disputa está em quem deve oferecê-los e, ao final, quem deve pagar por eles. O certo, porém, é que a sociedade deve prover os recursos e promover meios para que a população consiga alcançar esses serviços e, assim, melhorar as condições de vida.

O Estado é a organização jurídica, política e administrativa da sociedade. O governo, que administra o Estado, programa e implanta políticas de acordo com as necessidades, prioridades e imperativos dos diferentes setores da sociedade. Nas últimas décadas, os ciclos de políticas públicas para prover os serviços sociais básicos têm passado por três estágios principais. O Estado de Bem-Estar Social, nos anos de 1950 a 1970, propiciaram o acesso gratuito aos serviços. As políticas neoliberais, nos anos de 1980, trataram da desregulamentação do mercado, privatização e corporificação dos serviços governamentais. A Terceira Via, a partir de 1990, tenta redefinir a cooperação entre o Estado e a sociedade civil por meio de uma política pragmática que supera os conceitos de direita e de esquerda.

O movimento de intelectuais e políticos da Terceira Via inclui na sua proposta educacional os conceitos de igualdade de oportunidades, meritocracia, eficiência econômica e social, direitos e responsabilidades, e formação integral do cidadão. A nova abordagem tenta ser a expressão social e política dos desafios da era da globalização e chega à conclusão de que a função ética do socialismo de fraternidade e igualdade pode coexistir com a democracia liberal. O igualitarismo nivelador é substituído pelo conceito de igualdade de oportunidades. A visão demagógica de um socialismo e de um capitalismo paradisiacos é substituída pela visão da superação da pobreza absoluta e aceitação da pobreza relativa.

A Terceira Via inclui uma política de solidariedade, comum ao pensamento ideológico da esquerda e, ao mesmo tempo, uma política de racionalidade econômica, comum ao pensamento econômico clássico e contemporâneo. É uma proposta econômica, social, política e cultural que surgiu com a fim da Guerra Fria, com o advento da Era do Conhecimento, com o aprofundamento da globalização e com uma ascensão do individualismo. É sintetizada por Giddens (2001), que, como Bobbio, afirma que a dicotomia direita e esquerda está superada.

Atualmente, na medida em que o Estado se retrai quanto a empreendimentos produtivos, passa a assumir um papel mais regulador e também financiador de serviços sociais. Em vez de o Estado ser um provedor, por meio do governo, ele passa a executar políticas que propiciam a igualdade de oportunidades e a igualdade de condições ao indivíduo.

A posição das pessoas sobre a globalização, de maneira geral, é determinada pelas suas convicções ideológicas. Para uns, é uma oportunidade; para outros, é um desafio; para outros,

ainda, constitui uma ameaça. Para a universidade, a reflexão sobre o assunto e o desafio de preparar cidadãos conscientes e responsáveis, que possam contribuir para melhorar a convivência humana no amanhã, são obrigações que ela não pode deixar de assumir e de cumprir.

4. O papel da educação e a contribuição da universidade

É urgente pensar e construir um mundo melhor para todos e, nessa empreitada, muito cabe à educação. A universidade, como agência social especializada em conhecimento e educação, mais do que qualquer outra, é o espaço apropriado para pensar, discutir e fazer propostas. A educação é convidada a promover e a viabilizar o desafio da melhor convivência, combinando as virtudes da integração social e a valorização dos direitos individuais. A educação tem a tarefa de prover o acesso ao conhecimento para todos, ajudando as pessoas na compreensão do mundo e na busca da harmonia na convivência humana. É importante, ao mesmo tempo, conferir um novo valor à dimensão ética da educação, de maneira a conciliar a competição que estimula, com a cooperação que partilha e com a solidariedade que une.

A educação deve plantar em terra apropriada sementes de preocupação pelo outro, ou seja, o sentimento de solidariedade humana. Esse sentimento poderá contribuir para evitar que as classes desfavorecidas continuem a ser excluídas do organismo social. A solidariedade de todos recomenda que se avaliem, contenham e dissipem as minorias discriminadas, e que se organizem os esforços de humanização de nosso desenvolvimento. A nossa própria sobrevivência como espécie exige que hoje se caminhe por atalhos mais curtos, viáveis e úteis. Torna-se imperativa a busca de uma organização social solidária, baseada nos valores universais e na promoção de uma ética global e da cultura de cooperação. Constata-se, com tristeza, que hoje, com tanto avanço científico e tecnológico, ainda não aprendemos as primeiras lições da convivência humana. É forçoso reconhecer que em nosso mundo existe competição demais e cooperação de menos.

Estudioso do assunto, Sen (1955) ressalta que a igualdade de oportunidades, que consiste na base de uma sociedade democrática, passa pela igualdade de capacidades, considerando-se que a pobreza é, precisamente, a carência da realização mínima de algumas capacidades elementares. Deve-se ter em mente que desenvolvimento de capacidades tem profunda relação com o papel que a educação deve desempenhar na sociedade.

É importante que, face a tantas exclusões, incompreensões e opressões, haja oportunidades para um desenvolvimento centrado no ser humano, uma solicitude para com o outro, uma compreensão em relação às diferenças e ao pluralismo cultural, uma preocupação com a equidade social. Numa sociedade solidária, deve imperar o espírito de iniciativa e de criatividade, a abertura à mudança, ao reconhecimento dos direitos do homem, em comum com o sentido das responsabilidades sociais.

A educação pode constituir instrumento importante de mudança e de melhoria nas relações sociais. Nesse contexto, a universidade é um espaço privilegiado de formação de cabeças para bem pensar, de corações para conviver harmoniosamente e de mãos habilidosas para construir um mundo melhor para todos. É o **aprender a conhecer**, o **aprender a viver com os outros** e o **aprender a fazer**, de que fala Delors et al. (1998), em relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI preparado para a Unesco.

A educação é, pois, uma condição necessária para a inclusão social, mas, talvez, não seja uma condição suficiente. Uma maneira eficaz de colocar em prática o princípio da

igualdade de oportunidade é dar acesso à educação a todos. A partir daí, a pessoa, com uma formação profissional, deverá fazer o seu trajeto de ascensão social no curso de sua vida. Às vezes, porém, quando se trata de alguém que pertence a alguma minoria prejudicada, pode se tornar necessária uma discriminação positiva ou uma ação afirmativa, para que essa pessoa consiga vencer barreiras que, para ela, são intransponíveis com as suas próprias forças.

No século XIII, surgiu na Europa a instituição universidade com a missão de difundir o saber. Nos séculos seguintes, expande-se pelo mundo e, com o tempo, vai assumindo diferentes modelos e características. É assim que, aos poucos, além de sua condição originária como instituição de ensino, educacional, passa a assumir-se como uma instituição de caráter social e humanitário, preocupada também com o bem comum. Os valores repassados pela universidade, como a liberdade de escolha, diversidade cultural, étnica, religiosa e ideológica, levam à tolerância em relação à liberdade alheia. Ao mesmo tempo, a crítica social que a academia desenvolve e promove leva a tomar posições coerentes e a assumir responsabilidades por iniciativas concretas.

A responsabilidade social torna-se um complemento à democratização do país, a qual não deve restringir-se apenas ao processo das eleições, mas exige o exercício pleno da cidadania na esfera política, empresarial, escolar e familiar. Para alguns, a responsabilidade social da universidade pode ser vista até como um sintoma da falência ou dos limites, ao menos do enfraquecimento, das atribuições do Estado. Para outros, entretanto, é interpretada como fruto do amadurecimento democrático da sociedade e da própria universidade.

Por sua natureza, toda universidade é socialmente responsável pelo fato de preparar profissionais que deverão se sustentar com dignidade e de preparar lideranças para todas as áreas, formadores de opinião e tomadores de decisão. Além disso, promove a responsabilidade social ao mesmo tempo em que educa os seus alunos para a solidariedade. Pessoalmente, estamos absolutamente convictos de que essa é também uma das responsabilidades da universidade, porque solidariedade também se aprende, ou ao menos deveria se aprender, na escola.

A primeira responsabilidade social da academia é a de educar com qualidade os seus estudantes. No entanto, face à evidente ausência de oportunidades para um grande número de excluídos e à escandalosa concentração de renda do país, ela não pode ficar alheia a esse problema social. A universidade, principalmente a instituição comunitária e filantrópica, assume também importante papel na empreitada nacional da inclusão social. Ela pode contribuir para a redistribuição da riqueza por meio da provisão de serviços básicos gratuitos a algumas pessoas carentes da sociedade. No curto prazo, isso pode parecer atitude assistencialista, mas, no longo prazo, ao trabalhar a mente dos alunos para a solidariedade, estará promovendo o início de um processo não violento de transformação social.

Como gestor de instituição de ensino, tem-me perseguido a idéia de que a universidade não pode se distanciar do barulho da rua e nem ficar surda ao clamor dos necessitados e dos segmentos carentes da sociedade. A universidade, organização com enorme potencial humano e científico, tem a possibilidade e, por decorrência, a obrigação de ser um poderoso instrumento para o impulso e o desenvolvimento cultural, social e econômico da comunidade de que participa como uma das suas forças vivas.

As universidades católicas, por força da sua origem e das características da sua filosofia educacional, apresentam em grau mais acentuado uma preocupação com a temática da inclusão social. O trabalho em prol do excluído social é parte integrante do cristianismo, prática exigida tanto dos indivíduos, quanto das instituições católicas.

O Papa João Paulo II, na Constituição Apostólica sobre as Universidades Católicas (*Ex Corde Ecclesiae*, 1990), recomenda: “Cada Universidade Católica deve sentir a responsabilidade de contribuir concretamente para o progresso da sociedade, na qual trabalha”. Prossegue o Papa na sua ação evangelizadora: “O espírito cristão de serviço aos outros para a promoção da justiça social reveste particular importância para cada Universidade Católica, e deve ser compartilhado pelos professores e desenvolvido entre os estudantes”. O mesmo Pontífice, em sua mensagem aos participantes da Conferência Internacional sobre Globalização e Educação Superior Católica, realizada em Roma, em 2002, pela Congregação para a Educação Católica e a Federação Internacional de Universidades Católicas, refere-se ao tema como “particularmente oportuno”. E salienta que “a Universidade Católica deve sempre ter presente em sua reflexão as mudanças da sociedade para propor novas considerações”.

O Instituto dos Irmãos Maristas nasceu de uma experiência de solidariedade de seu fundador, Marcelino Champagnat. Ao encontrar um adolescente sem nenhuma escolaridade e doente, Marcelino ficou profundamente chocado e se determinou a fazer algo em benefício de pessoas como esse jovem. A história registra que, na França Pós-Revolução (Revolução Francesa, de 1789), era comum a presença de excluídos, principalmente em regiões rurais, como era a que habitava Marcelino Champagnat, que viveu de 1789, ano da Revolução, a 1817. Deve-se salientar que a Congregação dos Irmãos Maristas, fundada por Champagnat, nasceu voltada inicialmente para o ensino hoje denominado fundamental, com o objetivo de atender as populações que viviam no campo.

Pela experiência de solidariedade vivenciada pelo seu fundador, entende-se que os discípulos de São Marcelino Champagnat carregam desde a sua origem a herança e o carisma da preocupação com as situações de ignorância e de pobreza e da promoção da justiça social. As universidades maristas, portanto, trazem consigo o anseio e a missão de promoverem a boa educação, que inclui a formação para a solidariedade.

A universidade, por sua natureza, não deixa de ser também ela uma organização globalizada que acompanha as grandes correntes do pensamento. É um fórum permanente de debate de idéias que procedem de qualquer parte do globo e, por sua vez, também exporta para o mundo as próprias idéias. Dentro da academia os avanços científicos, culturais e pedagógicos são propostos e desenvolvidos pelas diferentes áreas de forma interdisciplinar, para a complementação desses saberes. A Universidade torna-se, então, o *locus* privilegiado para a pesquisa, para a proposta e para a crítica dirigida à sociedade em busca da melhoria dessa mesma sociedade.

Especificamente, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, como instituição de ensino superior comunitária, católica e marista, conserva essa gama de riqueza herdada dos ensinamentos da Igreja e da Congregação dos Irmãos Maristas e, assim, procura manter viva a chama da solidariedade humana. Esta ação de responsabilidade social encontra-se presente no projeto pedagógico e nos inúmeros programas, projetos e atividades de caráter e sentido social que desenvolve junto à comunidade carente de Curitiba e do Paraná.

5 A prática da responsabilidade social na PUCPR

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná, já caracterizada, toma parte no empreendimento por um mundo mais saudável para todos. Fiel ao seu passado de reconhecida abertura social, a Instituição vem reforçando ainda mais nos últimos anos o seu compromisso comunitário. Sai na frente, ao inserir a “sintonia social” como uma das grandes linhas do seu

planejamento estratégico. Acrescente-se também que a PUCPR adota a proposição de uma nova pedagogia voltada à formação de seres humanos conscientes e atuantes, com profissionais competentes e cidadãos empreendedores sociais, comprometidos com a sociedade paranaense e com a sua transformação e aperfeiçoamento.

Esta Universidade, no âmbito da responsabilidade social, complementa o esforço do governo e de outras instituições e de cidadãos de boa vontade que desenvolvem projetos de alcance social. Por este motivo, participa de inúmeros convênios com entidades públicas e privadas, voltados para a melhoria das comunidades, nas áreas de educação, de pesquisa aplicada à solução de problemas sociais específicos e de extensão comunitária. Na escolha dos estágios profissionais para seus estudantes, procura dar preferência àqueles ambientes menos favorecidos e mais desafiadores.

Dois projetos, entretanto, merecem destaque por terem sido assumidos como prioridades pela Instituição: o Programa de Ação Comunitária e Ambiental – **ProAção** e o Projeto Comunitário.

5.1 O ProAção

Trata-se de um projeto de atuação universitária organizada, que envolve professores e estudantes. O Programa de Ação Comunitária e Ambiental recebeu a designação de **ProAção**. Embora esta não seja uma sigla direta, a denominação se justifica por estarem os membros da comunidade universitária da PUCPR realmente comprometidos com a ação e não apenas com o estudo ou a retórica, o que, às vezes, pode acontecer na academia, principalmente quando se trata da responsabilidade social e da solidariedade entre as pessoas.

O Programa tem a sua origem num trabalho comunitário diversificado que a PUCPR realizou nas ilhas do litoral paranaense, no final dos anos 70 e durante a década de 80. Por razões externas à vontade da Universidade, especificamente por falta de apoio governamental na época -uma vez que funcionava mediante convênio com o governo do Estado - o então Projeto Litoral teve que ser descontinuado. Era, entretanto, um projeto muito apreciado pela Universidade e que produziu relevantes benefícios às comunidades assistidas, em especial nas áreas de saúde e de saneamento básico.

As insistentes solicitações dos poderes públicos convenceram a PUCPR a reiniciar as atividades na passagem para este século. A experiência, não se pode deixar de mencionar, pesou na decisão de reassumir o projeto, porém em outros moldes. Principalmente no tocante à sede própria, para assegurar a sua continuidade e não depender de condições políticas. Esta Universidade entende que o seu compromisso é com a comunidade assistida que, em momento algum, pode ser frustrada nas suas expectativas, até pelo aspecto da responsabilidade social, tema deste estudo.

O programa, em sua nova versão, adotou uma linha de trabalho em duas vertentes complementares, que, no entender da Universidade, são inseparáveis: a ação comunitária e o cuidado com o meio ambiente. Assim, procurou-se visar ao desenvolvimento sustentável das comunidades assistidas. O ProAção é, portanto, na sua essência, um núcleo de ação diversificada nas áreas social, de educação, de saúde, meio ambiente e desenvolvimento.

O Programa possui hoje cinco núcleos próprios de atendimento e um conveniado, situados nos municípios de Fazenda Rio Grande, Tijucas do Sul e São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, e em Guaraqueçaba, Guaratuba e Paranaguá, no litoral do Estado. Esses podem ser considerados municípios-chave para a ação social, por vários aspectos.

Aqueles próximos a Curitiba se constituem por população que vive na periferia de grande cidade, com as características e os problemas que são conhecidos. Por outro lado, a região litorânea, em algumas localidades, apresenta níveis de necessidades bastante elevados, principalmente algumas povoações de ilhas próximas de Paranaguá, de Antonina e de Guaraqueçaba.

As atividades desenvolvidas especificamente em cada uma desses núcleos se orientam pelas necessidades específicas das populações que aí vivem. Assim, de um modo geral, são as seguintes por núcleo já devidamente estruturado:

- **Núcleo Comunitário de Paranaguá** – aulas de informática; hora do conto; recreação, esporte e lazer; e reforço escolar.
- **Núcleo Comunitário de São José dos Pinhais** – teatro, dança, artesanato; saúde da mulher gestante, saúde do idoso, atendimento social; aulas de informática; reforço escolar; esporte e recreação; e hora do conto.
- **Núcleo Comunitário de Tijucas do Sul** – adequação postural, atividade de conscientização, orientação sobre cultivo e cultivo de produtos orgânicos; atividade nutricional; atividades recreativas e de esporte; canto para terceira idade; oficina da sucata; hora do conto; reforço escolar; tecnologia da informação; e informações sobre posse responsável de animal doméstico.
- **Núcleo Comunitário de Fazenda Rio Grande** – aulas de informática; esporte e recreação; e hora do conto.

O ProAção canaliza boa parte das atividades de extensão exercidas pela PUCPR. Essas atividades possibilitam aos estudantes e aos professores, primeiramente, a prática educacional, mas também estágio para conhecimento da futura profissão que irá desempenhar e, finalmente, o exercício da cidadania por meio do trabalho voluntário, o que traz melhoria para a qualidade de vida da comunidade.

O objetivo geral do Programa de Ação Comunitária e Ambiental, como a sua denominação indica, é desenvolver atividades de extensão universitária no âmbito das comunidades, principalmente daquelas mais necessitadas. Para alcançar o seu objetivo, busca a participação efetiva de professores, pesquisadores e alunos dos seus próprios quadros docentes, discentes e funcionais. Pode, também, contar com a atuação da comunidade externa, que se proponham a participar das atividades desenvolvidas pela PUCPR no campo social. O propósito é a melhoria das condições de vida da população carente e, conseqüentemente, dos municípios parceiros.

Entre os objetivos específicos, podem citar-se:

- Criar campo de estágio para os alunos dos diversos cursos de graduação da PUCPR.
- Colaborar tecnicamente, por meio dos seus professores e alunos, na solução de problemas enfrentados pelas administrações municipais.
- Organizar atividades educativas e recreativas para a população local e para veranistas, visando à preservação do meio ambiente.
- Servir como base de apoio para a execução dos projetos comunitários nos seis municípios em que se faz presente.

É, igualmente, tarefa do ProAção, dentre outras, fazer contatos com prefeituras municipais, escolas, associações, igrejas, famílias, ONGs e empresas dos municípios, para

iniciativas de interesse da comunidade local. Esses contatos podem partir do Programa ou da própria comunidade. As propostas de participação conjunta são estudadas e avaliadas por técnicos, sempre levando em consideração o interesse público, a viabilidade de realização de tais propostas e os objetivos comuns dos proponentes e de quem irá concretizá-las como ações.

Na área da saúde, os procedimentos odontológicos e médicos são os mais frequentes, mas há também procedimentos em enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e assistência social. Em parceria com as prefeituras municipais, são feitos o levantamento da situação de saúde das famílias e o seu cadastramento, nos padrões do Programa Saúde de Família.

Há programas para a terceira idade, programas desportivos, de lazer e diversão para a comunidade local. O uso da infra-estrutura do núcleo fica aberto a qualquer entidade da sociedade civil organizada ou a qualquer curso da Universidade com iniciativas de cunho comunitário. Em Tijucas do Sul, por exemplo, os estudantes e professores oferecem à comunidade rural importante trabalho em medicina veterinária. Em alguns núcleos, há orientação básica sobre procedimentos na área de Direito. Existem vários programas pontuais de cursos de graduação, como Nutrição, Letras, Engenharia e Arquitetura, treinamento em Informática, treinamento profissional, formação de lideranças e outros. Atividades de pesquisa são desenvolvidas por estudantes de graduação e pós-graduação e por professores da PUCPR e de outras universidades.

Os programas ambientais planejados se dividem, principalmente, em quatro linhas: biodiversidade e conservação, desenvolvimento sustentável, educação ambiental e saneamento básico. Em cada uma dessas linhas, podem desenvolver-se projetos que venham a conscientizar as populações sobre o uso do solo e dos recursos naturais. De um modo geral, procura-se ensinar as pessoas a melhor conviverem com o meio ambiente.

As sedes do ProAção servem igualmente de base para a execução do Projeto Comunitário, uma outra atividade da PUCPR no sentido do engajamento da instituição no compromisso com a comunidade e com a responsabilidade social. Como se verá no próximo item, este Projeto engloba alunos dos diferentes cursos da Universidade. Os locais do Programa constituem apoio logístico de transporte, alimentação e alojamento para estudantes e professores participantes dessa atividade que possui caráter acadêmico, pedagógico, de formação do futuro profissional e que se reveste de grande significado social.

Alguns depoimentos indicam que a maioria das pessoas atendidas consideram o ProAção um lugar de refúgio onde se sentem seguros, longe dos problemas da sociedade. Outros o consideram como provedor de assistência na área da saúde, educação e lazer. Para outros, ainda, o Programa criou oportunidades impensadas. Segundo uma senhora de terceira idade foi motivo de alegria para ela “ver o mar pela primeira vez”, ou então, o caso de uma dona de casa que se declarou feliz por “aprender a mexer em um computador”.

Além dessas declarações de pessoas mais humildes da sociedade, os alunos também tiveram a oportunidade de avaliar o Programa e de externar as suas opiniões. A título de exemplificação, citam-se algumas delas. Nesta primeira, observa-se a valoração da oportunidade concedida pela PUCPR: “sem o impulso dado pela universidade, muitos de nós dificilmente iniciariam uma atividade comunitária”. Esta seguinte, ao referir-se à participação social, o estudante reconhece a importância dessa participação e declara: “é uma ação que consegue mudar radicalmente a idéia dos alunos que participam do projeto, de forma a criar uma sociedade mais consciente dos reais problemas da população”. Muitos outros depoimentos poderiam ser avocados como comprovação do reconhecimento que atividades como as desenvolvidas pelo ProAção recebem dos alunos da Universidade.

5.2 O Projeto Comunitário

É no interior da construção de uma pedagogia de empreendedorismo social que se encontra a proposta do Projeto Comunitário, expressão de articulação entre teoria e prática, entre ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de uma atividade incluída no currículo acadêmico de todos os cursos de graduação, obrigatória, portanto, para todos os alunos. O Projeto Comunitário foi implantado no ano 2000, com o novo Projeto Pedagógico da PUCPR. São 36 horas de trabalho, ou seja, uma semana, de forma contínua, ou em tempo parcelado equivalente, em algum projeto social organizado. O estudante pode escolher o que, onde e quando cursá-lo, mas deverá fazê-lo para poder colar grau. Normalmente, as possibilidades são abertas a partir do 5.º período dos cursos de graduação.

A idéia do projeto comunitário é, na sua essência, refletir com os alunos a estrutura de uma sociedade mais humana e justa. Para tanto, é necessário que a Instituição, professores e alunos se integrem em ações efetivas que levem à superação de dificuldades reais para a humanização das pessoas. Deve haver a compreensão de todos no sentido de se refletir sobre a sociedade em que se vive, como salienta um dos alunos: o projeto “mostrou a nós acadêmicos que é necessário a nossa participação na sociedade, como agentes, promotores de mudanças... que é da sociedade civil, a responsabilidade pela melhoria que todos os cidadãos desejam; o projeto faz com que me auto-avaliasse e refletisse sobre meus valores e minha atuação na sociedade”.

O projeto tem por objetivo promover a cultura da solidariedade e oferecer aos alunos a oportunidade de se envolver em projetos comunitários variados, de uma forma organizada. Faz parte do novo currículo, que procura desenvolver, ao lado das competências acadêmicas, valorizadas no ambiente de mercado, a aprendizagem de competências sociais, fundamentais para a formação para a cidadania. A PUCPR está convicta de que solidariedade também se aprende na escola. Acredita que os seus alunos não podem deixar a Universidade sem, ao menos, terem passado por alguma experiência de envolvimento social. O Projeto Comunitário já está no terceiro ano de funcionamento e os seus resultados são surpreendentemente animadores.

Essa foi uma fórmula que a Instituição encontrou para desenvolver a aprendizagem do empreendedorismo social dos seus estudantes de forma aplicada. As avaliações feitas com alunos participantes do Projeto trazem expressões inequívocas do efeito importante que a experiência provoca na vida da maioria deles. As declarações dos estudantes atestam o enriquecimento da dimensão humana e o comprometimento com as questões sociais que tiveram a oportunidade de vivenciar.

Alguns depoimentos confirmam o bom efeito que a experiência tem produzido para a vida pessoal, para a convivência e para a aprendizagem proveitosa dos alunos, como já se fez referência ao início deste tópico. Porém, no sentido de ressaltar a importância do Projeto, a alguns aspectos que são mencionados: a preocupação com a equidade social; a emergência do desenvolvimento da luta contra a pobreza; a compreensão das responsabilidades pela proteção do meio ambiente; o espírito de solidariedade, em que cada um assume a parte que lhe cabe; o desejo de continuidade do trabalho comunitário de mudança social.

Para ilustrar o que se afirma, apresentam-se algumas declarações que o Projeto Comunitário despertou nos alunos e que estes tiveram a espontaneidade de apresentar o que sentiram ao entrar em contato com uma outra realidade, nem sempre por eles conhecida:

Nesta, a seguir, está presente a consciência da relevância do Projeto Comunitário pela conjugação do aspecto pedagógico com o conhecimento da realidade social, o que levou ao entendimento da importância da educação para se construir a cidadania: “o projeto comunitário nos permitiu o conhecimento prático das questões sociais e a re-organização do meu conhecimento acadêmico no entendimento da relação educação-cidadania”.

Este outro depoimento ressalta a importância do contato com uma outra realidade tão próxima, mas que só a convivência com ela pode ajudar a compreender os que aí vivem e do modo como vivem, para poder, de alguma forma, ajudá-los. Segundo o aluno, o Projeto Comunitário constitui uma: “oportunidade que dá aos acadêmicos de terem contato com uma realidade que está ao nosso lado, mas que a falta de informação nos impede de conhecer. É também um acréscimo ao nosso profissionalismo, já que após formados, lidaremos com todos os tipos de cultura”.

Para encerrar esta exemplificação, apresenta-se uma verdadeira confissão que, pela espontaneidade com que o aluno se expressa, com certeza a situação de carência em que as pessoas, no caso, crianças, se encontram tocou a sensibilidade do depoente. Neste caso, também se considera o Projeto Comunitário como “A oportunidade de ter convivência com crianças carentes de conhecimento, mas principalmente de amor e afeto. É muito gratificante ajudar pessoas que precisam de você e no próximo encontro ver a alegria das crianças em perceber que estamos de volta para prosseguir o trabalho, também ver um sorriso ou uma cartinha de reconhecimento”.

Finalizando este item, é importante destacar que deve haver solidariedade e comprometimento nas ações sociais. Para isto, o Projeto Comunitário buscou construir uma rede social de apoio às práticas sociais, conectando recursos sociais de instituições governamentais e não-governamentais. A Pontifícia Universidade Católica do Paraná sente-se satisfeita por poder estar ao lado dessas instituições e assim contribuir para a melhoria das condições das comunidades carentes e, conseqüentemente, participando de ações para a melhoria da sociedade em que vivemos.

6 Conclusão

Com iniciativas como as do ProAção e do Projeto Comunitário, a PUCPR responde aos apelos dos novos tempos. Procura reforçar a sua condição de universidade comunitária, católica e marista, de maneira criativa e empreendedora, adotando um novo modelo de práxis universitária no país, e abrindo mais as suas portas para a sociedade.

O envolvimento dos estudantes em projetos sociais, no entender da Instituição, cumpre o duplo objetivo de desenvolver na comunidade universitária a cultura da solidariedade e de promover a inclusão de comunidades carentes. Há expressivos benefícios sociais e educacionais resultantes da experiência. O benefício auferido pelas pessoas assistidas, evidentemente é enorme. Parece, porém, ser bem maior o benefício que os estudantes alcançam, pois, muito provavelmente, eles recebem mais do que oferecem e podem dar. Existem muitos depoimentos a confirmar esta assertiva, como já se ressaltou. Porém, aqui se destacam aquelas que vão além dos próprios participantes diretos, os alunos. Familiares passam a reagir frente à participação de seus filhos, de um modo geral de maneira positiva. Infelizmente, alguns pais ainda não possuem a necessária consciência da solidariedade e se opõem a atividades como as dos programas, projetos e atividades sociais da PUCPR.

Como exemplo da falta de consciência social e humana, apresenta-se esta declaração de um aluno: “Meu pai mandou dizer que ele não paga a faculdade para eu ir trabalhar pra pobre!”. Este caso isolado traduz bem uma mentalidade burguesa e intolerante ainda existente em alguns segmentos da nossa sociedade.

Felizmente, foram inúmeros os depoimentos em sentido contrário, como este que demonstra a sensibilidade de uma senhora, que mantém o filho na Universidade: “Minha mãe perguntou se ela pode ir comigo participar do projeto”. Este outro depoimento demonstra o entusiasmo com que o aluno cumpriu a sua parte no Projeto, que o leva ao desejo de continuar a prestar serviço à comunidade: “O projeto mudou a minha vida. Gostei tanto da experiência, que eu quero continuar”.

A prestação de serviços básicos pela PUCPR a comunidades carentes se justifica até porque a maioria daquelas pessoas atendidas pelos núcleos do ProAção e do Projeto Comunitário jamais terão acesso à universidade. Possivelmente, a sua condição de renda não melhorará de forma significativa no curso de suas vidas. É até provável que, no futuro, nem tenham acesso regular aos serviços básicos (privados ou públicos) que serão prestados por aqueles que estão hoje freqüentando a Universidade. O estudante, entretanto, que hoje dá a sua parcela de contribuição para reduzir a exclusão social de seu semelhante, com certeza terá mais chance de transformar-se num profissional mais sensível e predisposto a entender a situação do quadro social do país e a colaborar para a sua efetiva melhoria.

O recurso financeiro utilizado pela Instituição na promoção social com projetos desse tipo é um dinheiro bem gasto. A afirmação baseia-se no princípio geralmente aceito, embora ainda não comprovado pela evidência empírica de estudos sistemáticos, de que as universidades confessionais filantrópicas utilizam os recursos da renúncia fiscal do governo de forma mais eficaz (com menos desperdício) e mais eficiente (obtendo melhores resultados) do que alguns organismos públicos.

O Estado tem o dever constitucional de prover os cidadãos com alguns serviços básicos, mas a realidade cruel do país demonstra que essa situação está ainda muito longe de ser uma realidade. As universidades comunitárias podem complementar algumas funções específicas do Estado. Enquanto alguns formuladores de políticas públicas ainda travam batalhas entre teorias apelidadas de velha e nova esquerda, ou de velha e nova direita, as iniciativas práticas e bem intencionadas na educação podem ajudar a criar uma sociedade dinâmica com oportunidades também para as minorias excluídas.

Referências

BARR, N. *The economics of the welfare state*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1993.

BOBBIO, N. *Qual socialismo?: discussão de uma alternativa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Liberalismo e democracia*. 3.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.

DELORS, J. et al. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

GIDDENS, Anthony. *The global third way debate*. London: Polity, 2001.

GRAHAM-BROWN, S. *Education in the developing world*. London: Longman, 1991.

HOBBSBAWM, E. J. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOÃO PAULO II. *Ex corde ecclesiae*: constituição apostólica sobre as universidades católicas. Roma: Cidade do Vaticano, 1990.

_____. *Conferência Internacional sobre Globalização e Educação Superior Católica*. Mensagem à Congregação para a Educação Católica e Federação Internacional de Universidades Católicas. Roma: Cidade do Vaticano, 2002.

MANKIW, G. N. *Principles of economics*. Fort Worth: The Dryden Press, 1997.

SEN, A. *Inequality reexamined*. Cambridge: Harvard Press, 1955.

_____. *Development as freedom*. New York: Alfred A. Knopf, 1999.